27 ABR 1987 JORNAL DO BRASIL

Por que não o parlamentarismo, já?

Otávio Tirso de Andrade

A dilapidação das reservas cambiais brasileiras promovida pelo Governo após a edição do Plano Cruzado I é a principal causa determinante das atuais dificuldades econômico-financeiras. A anarquia administrativa vigente (em trinta dias tivemos meia dúzia de modificações no regulamento do Imposto de Renda) e a abolição de controles orçamentários imposta pela bulimia do PMDB, somados ao aludido malbarato de divisas, dão-nos a visão nítida do porquê e do portanto — da "causa causans" — das dificuldades presentes. A facúndia do Ministro da Fazenda tem a finalidade solerte de soterrar a verdade sob uma avalanche de palavras ocas. Mas o fato incontestável é que, até se acentuar perigosamente o desequilíbrio no balanço de pagamentos, o Brasil atendia à liquidacão dos juros da dívida sem grandes concessões por parte dos credores e sem sacrifício do povo. A suspensão das minidesvalorizações cambiais e o simultâneo agravamento da desordem orçamentária puseram tudo a perder.

O mercado financeiro internacional não quer senão continuar a emprestar dinheiro a um país com a potencialidade econômica do Brasil. O Governo deliberou interromper o afluxo do capital estrangeiro emprestado e secretamente montou uma inepta moratória. As autoridades moveram-se na fatal direção por um dos três motivos que a seguir enumeramos: o primeiro — e o mais provável — deve ter sido por incoercível incompetência; o segundo — que não é de excluir-se — teria como causa o propósito de subverter a ordem social e de ajudar a empurrar a nação para a baía do Terceiro Mundo; o terceiro, finalmente, visaria provocar um maremoto "nacionalista" xenófobo, para nele afogar o enorme desfalque perpetrado nos haveres líquidos recebidos das administrações anteriores. O charlatanismo jacobino acrescentou um complicador à complexa conjuntura. As constantes diatribes pronunciadas por levianos diversos contra a propriedade privada, na Constituinte e fora dela, afugentaram capitais, que daqui começaram a escapar por todas as vias possíveis.

Sabendo-se que o crédito externo malbaratado não poderá refazer-se de um dia para o outro, temos de aceitar como válido o sombrio diagnóstico de **The Economist** sobre o futuro do nosso país: "The country is heading for a big devaluation and a big recession" (edição de 23 de março).

A política financeira externa do atual Governo tem servido a certos países para regularizar suas contas com bancos temerosos da repetição do "cenário brasileiro" em outras áreas."A integração financeira em torno do dólar — lemos em recente carta de mercado da corretora "Gold Hill" — e a universalização das transações financeiras tornadas possíveis pela tecnologia de informação, imediatamente propagam problemas locais, mesmo os mais insignificantes, aos quatro cantos do mundo". As Filipinas e a Argentina devem em boa parte ao sr. Dilson Funaro o recente reescalonamento das respectivas dívidas externas.

A procrastinação de medidas enérgicas visando possibilitar o retorno do Brasil ao mercado financeiro internacional é impatriótica porque nos expõe aos riscos de uma recessão aguda e prolongada. Além do mais, também é preciso levar em conta que a situação internacional se agrava com a generalização do protecionismo. Uma das possíveis conseqüências maléficas das últimas medidas discriminatórias promulgadas por Washington contra a indústria japonesa de microchips será, segundo a imprensa internacional, o decréscimo dos investimentos da finança nipônica nos Estados Unidos. Caso ocorra a hipótese, haverá alta de juros no mercado americano, com graves repercussões em todo o mundo.

O momento exige colocar francamente a questão de saber, afinal, qual é a verdadeira natureza do regime sob o qual vivemos. É presidencial o sistema de governo dominado por camarilhas diversas e cujo chefe não sabe sequer por quanto tempo permanecerá no cargo? Não é, evidentemente. Há algo de substantivamente diverso entre a ação de tecnocratas do sistema militar e os planos e pacotes elaborados por universitários politicamente bisonhos ou, ainda, por guetos de diplomatas irresponsáveis diante das agremiações partidárias existentes? Não há.

Os grupelhos, as camarilhas que ascendem ao poder, ao sabor dos gostos momentâneos do sr. José Sarney, têm em comum com a tecnocracia da era castrense supor que os atores individuais ou coletivos da sociedade são facilmente redutíveis a funções abstratas, como o demonstra a abundância de regulamentos e controles que propagam. A exacerbação centralista da Nova República a torna, portanto, essencialmente antipolítica, uma vez que os seus dirigentes se opõem todos os dias à fluidez e à transparência autenticamente democráticas.

O que devem então fazer os políticos sérios, realmente preocupados com a situação do país? Aguardar a elaboração constitucional na esperança de que a futura Carta — a qual ameaça ter as dimensões da História Universal de Cesare Cantù — instaure o paraíso em nossa terra? Não creio que haja tempo para tanto. Algo precisa ser empreendido com urgência. Eleições diretas para presidente em 88? Talvez seja o caminho... Mas há outro remédio, de efeito ainda mais rápido, tal como, por exemplo, a imediata adoção de um parlamentarismo autêntico, por emenda à Constituição atual. Assim abreviar-se-ia o prazo para tornar o Governo permeável às diversas correntes de opinião nacional representadas no Congresso Constituinte. Implantado em tempo hábil, o novo Estado seria inquestionavelmente democrático. E legítimo! A questão do mandato do presidente teria encaminhamento isento de considerações de natureza pessoal.

A instauração de um governo parlamentar agora, já, enquanto mal começa a elaboração constitucional, serviria também para mostrar aos constituintes e à Nação se o parlamentarismo deve ou não prevalecer na estruturação do futuro regime brasileiro. Caso venha a demonstrar-se inviável, a nova experiência parlamentarista faria os constituintes tomarem medidas eficazes para preservar o regime presidencial da maléfica infiltração das minorias espúrias.